



Ação preventiva do TCE gera economia para o município de Ipojuca

Uma ação preventiva do Tribunal de Contas resultou numa economia de R\$ 3.581.030,40 para o município de Ipojuca, pela redução de preço máximo em processo licitatório para um contrato de cinco anos. A prefeitura publicou edital para contratação de empresa de vigilância armada de 20 postos de 24h a um preço de R\$ 17.469,10 e 09 postos de 12h a um preço de R\$ 9.509,57. Após análise de auditoria, o TCE concluiu que a prefeitura, ao invés de elaborar uma planilha de custos, se baseou em cotações de fornecedores. O tribunal propôs ao gestor a revogação do edital e a publicação de outro com preços baseados em planilhas de custos, o que foi atendido pela prefeitura. No novo edital, em função da redução do valor, foi possível a contratação de trinta e cinco postos de trabalho, seis a mais que o previsto inicialmente.

FOTO: ANTÔNIO MELCOP/PREF.OLINDA/DIVULGAÇÃO



MPCO e Promotoria discutem parceria sobre patrimônio histórico de Olinda

O procurador Gustavo Massa, do Ministério Público de Contas (MPCO), esteve reunido com a promotora Belize Câmara, titular da Promotoria de Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Urbanismo de Olinda para apresentar os trabalhos realizados pelo TCE na fiscalização do patrimônio histórico de Olinda. A promo-

tora, que assumiu a função no fim de 2014, demonstrou interesse em conhecer as ações do Tribunal de Contas nessa área. O procurador entregou a ela um levantamento de todos os processos já julgados no TCE que abordam o tema, dentre contas anuais e auditorias operacionais.

Decisões das Câmaras

— 13 e 15/01 —

A Primeira Câmara do Tribunal de Contas julgou procedente, em parte, uma denúncia referente a supostas irregularidades no pagamento de diárias aos vereadores e ex-vereadores da Câmara Municipal de Água Preta, bem como na locação de veículo nos exercícios de 2010, 2011 e 2012. Relatório de auditoria apontou excessiva liberalidade por parte do gestor na concessão de diárias, bem como despesas com locação de veículos sem processo licitatório. O relator do processo, conselheiro substituto Adriano Cisneiros, determinou pagamento de multa aos vereadores e o ressarcimento de valores aos cofres municipais. Os autos do processo serão encaminhados ao Ministério Público Estadual para devida representação.

Por unanimidade, a Primeira Câmara do Tribunal de Contas de Pernambuco emitiu parecer prévio recomendando às Câmaras Municipais de Betânia, Serrita e Floresta a aprovação com ressalvas das contas de governo dos respectivos gestores - Eugênia de Souza Araújo, Carlos Eurico Ferreira e Rosângela Maniçoba, relativas ao exercício financeiro de 2013.

A Segunda Câmara do TCE emitiu Parecer Prévio recomendando ao Legislativo de Barra de Guabiraba a rejeição das contas de governo da Prefeitura, relativas ao exercício financeiro de 2012. De acordo com o relator do processo, conselheiro Dirceu Rodolfo, a principal irregularidade apontada foi referente ao não recolhimento das contribuições previdenciárias dos servidores. Na mesma oportunidade foram julgadas irregulares as contas de gestão do município, também do exercício de 2012.

FOTO: MARÍLIA AUTO



Tribunal de Contas recebe visita da nova presidente do TRT

A presidente eleita do Tribunal Regional do Trabalho para o biênio 2015/2017, desembargadora Gisane Barbosa Araújo, esteve no TCE para uma visita ao presidente Valdecir Pascoal. Ela estava acompanhada da atual corregedora e futura vice-presidente do TRT, desembargadora Virgínia Canavaro e do futuro corregedor, desembargador Ivan de Souza Valença. Um dos assuntos tratados

durante o encontro foi o processo eletrônico, que está sendo implantado nos dois tribunais. A desembargadora solicitou ao presidente Valdecir Pascoal a formalização de uma parceria técnica para auxiliar no trabalho de informatização da estrutura administrativa do Tribunal do Trabalho. O conselheiro colocou o TCE à disposição para ajudar no que for preciso.